

# LITERATURA E EXPERIÊNCIA A PERSPECTIVA SOCIOBIOGRÁFICA DE LIMA BARRETO<sup>1</sup>

## *LITERATURE AND EXPERIENCE: LIMA BARRETO'S AUTOBIOGRAPHICAL PERSPECTIVE*

Manoel Freire

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

### RESUMO

Ligada visceralmente à experiência histórica e ao drama íntimo do autor, a obra de Lima Barreto retrata, ao mesmo tempo, as contradições da sociedade brasileira dos primeiros anos da República e as agruras da vida pessoal do escritor, em cuja biografia ressoam as consequências de problemas fundamentais da experiência histórica brasileira. Elaborada com a matéria colhida no embate diário do escritor com a sociedade que o exclui, trata-se de uma literatura cuja perspectiva dominante é de desilusão, a qual se manifesta em três dimensões principais: a ficção, nos textos militantes e na chamada escritura íntima. Nos escritos circunstanciais a visão desencantada de Lima Barreto manifesta-se em textos de caráter militante em que o autor apresenta o seu protesto contra as mazelas da sociedade brasileira e contra a própria exclusão. Neste trabalho faz-se uma análise de alguns dos principais textos circunstanciais de Lima Barreto, artigos e crônicas que o autor publicou na imprensa durante os últimos anos de sua existência, nos quais explicita a índole militante da sua obra, em que se fundem perspectiva social e motivação autobiográfica.

**Palavras-chave:** Lima Barreto; experiência; literatura militante; autobiografia.

### ABSTRACT

Viscerally connected to the historical experience and to the author's intimate drama, Lima Barreto's work portrays at the same time the contradictions of Brazilian society in the early years of the Brazilian Republic and the hardships of the writer's personal life, whose biography resonates the consequences of fundamental problems of the Brazilian historical experience.

<sup>1</sup> Texto baseado na comunicação intitulada *A perspectiva sociobiográfica de Lima Barreto*, apresentada na mesa-redonda "Literatura e sociedade: algumas perspectivas", realizada durante a XXIV JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, Natal, 2012.

Elaborated with material collected in the writer's everyday struggle with the society that rejected him, it is a literature whose dominant perspective is the one of disillusionment, which manifests itself in three main dimensions: the fiction, in the militant texts, and the called intimate writing. In the circumstantial writings, Lima Barreto's disenchanted view manifests itself in texts of militant appeal in which the author presents his protest against the misfortunes of Brazilian society and against his own exclusion. This work is an analysis of some circumstantial key texts by Lima Barreto, articles and chronicles that the author published in the press during the last year of his existence, in which is elucidated the militant nature of this work, merging social perspective and autobiographical motivation.

**Keywords:** Lima Barreto; experience; militant literature; autobiography.

## 1.

Lima Barreto é um desses autores em cuja obra parece impossível dissociar os elementos estéticos e ideológicos que moldam o espaço do texto, preenchendo-o com o argumento que se define sob o signo da crítica e do protesto, daí ser comum acentuar-se o caráter autobiográfico e confessional da sua literatura, às vezes indiscriminadamente. Assim como o *Diário íntimo* revela que os motivos, os temas e sua transfiguração em literatura sofrem os influxos das circunstâncias da vida pessoal do escritor, veremos que no conjunto da sua produção circunstancial<sup>2</sup>, os temas abordados por Lima Barreto e os modos de elocução que definem o tom da escrita são condicionados pelas circunstâncias imediatas do cotidiano, assim como por fatores relacionados ao drama íntimo do escritor. Um dado importante nesse sentido é que a maioria desses textos foi escrita nos últimos anos da sua vida, quando Lima Barreto, já bastante desiludido, praticamente “abandona” a ficção e passa a dedicar-se à produção de artigos e crônicas de cunho militante, em que aborda os mais diferentes assuntos, nos quais se revela o jornalista combativo e panfletário, como outra face (e outra fase, considerando a cronologia desses textos) do escritor militante.

Embora a perspectiva crítica diante dos diversos assuntos e temas

<sup>2</sup> Na falta de uma denominação mais precisa, chamo de circunstanciais os textos que Lima Barreto publicou na imprensa (na maior parte, na chamada imprensa independente), enfileirados nos volumes *Bagatelas*, *Coisas de Reino de Jumbom* e *Vida urbana*. Na maioria são artigos e crônicas, mas também contos, inclusive alguns de gênero indefinido. Nisso acompanho Antonio Arnoni Prado (Cf. PRADO, 1989).

esteja presente ao longo de sua obra, é perceptível a diferença de registro com que Lima Barreto trata determinadas questões em diferentes momentos da sua trajetória. A mudança operada na escrita de Lima Barreto, que assume um tom mais agressivo a partir de dado momento e numa certa modalidade de textos, decorre de circunstâncias muito particulares da vida do escritor, o que ele mesmo explica em um artigo de 1919. O texto é sintomático e revelador da difícil condição do mulato rebelde, bem como das dificuldades do intelectual militante em uma sociedade em que as liberdades do cidadão são bastante limitadas. Trata-se de uma confissão amargurada e veemente, em que Lima Barreto se mostra disposto a expressar suas convicções e “defender os interesses do país”, agora sem temer as reações que seus textos pudessem provocar, o que não fizera antes em razão das conveniências que a sua condição de funcionário da Secretaria da Guerra implicava:

Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgar contrário aos interesses do país. Os parques níqueis que a minha aposentadoria rende, dar-me-ão com o que viver sem ser preciso normalmente escrever pelinsecas biografias de figurões, para comprar um par de botinas.

[...]

Durante quinze para os dezesseis anos em que guardei as conveniências da minha situação burocrática, comprimi muito a custo a minha indignação e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma, arreventou (BARRETO, 1956a, 134).

A declaração sugere os limites e a fragilidade da democracia brasileira na Primeira Republica, uma democracia de fachada, que não passava de tema abstrato a alimentar a retórica vazia de políticos e intelectuais zelosos da ordem. Anos antes, numa nota do *Diário íntimo*, tomada em 1904, por ocasião da repressão aos revoltosos contra a vacinação obrigatória, Lima Barreto registra com indignação o seu temor à nossa tradição de governos autoritários: “Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias.

Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil”, declara, para então denunciar que, passado o período dos confrontos, “o sítio é mesma coisa” e “Toda a violência do governo se demonstra na Ilha das Cobras”, onde “Inocentes vagabundos são aí recolhidos e mandados para o Acre”. E conclui a nota com melancólica ironia, observando o “progresso” do Brasil, habituado ao “estado de sítio”, onde há “quatrocentos anos não se fez outra coisa”, e que agora, passando de “sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos” (BARRETO, 1956b, p. 49). Sobre a precariedade da democracia no Brasil vale mencionar aqui o que escreveu na década de 1930 Sérgio Buarque de Holanda, para quem

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos (HOLANDA, 1995, p. 160).

É justamente a partir de certo momento, que coincide com a sua aposentadoria do serviço público, que Lima Barreto libera a revolta, recalçada há muito tempo e a muito custo, e passa a dizer publicamente, através da sua intensa militância na imprensa, aquilo que só dissera para si mesmo, na solidão das páginas do *Diário íntimo*. Agora praticamente se apagam as diferenças de registro que separavam a escritura íntima da literatura que vinha a público. O ataque violento a figurões das letras e da política se mistura às confissões amarguradas do mulato revoltado com a sociedade e com a própria exclusão, que surgem entremeadas às lúcidas observações da vida brasileira, dando a configuração geral dos textos que Lima Barreto escreverá até os últimos dias de sua vida. É também nesta última fase de sua trajetória, que vai mais ou menos de 1918 a 1922, ano de sua morte, que o autor de *Gonzaga de Sá* escreve os textos de teor político-ideológico mais

acentuado, em que predomina um tom mais agressivo, quando muitas vezes o jornalista combatente sobrepõe-se ao escritor militante.

Alguns dos textos mais importantes da última fase da produção de Lima Barreto são claramente inspirados nos ideais da Revolução de Outubro. Em *Vera Zassúlitsh*, texto de 1918, ao mesmo tempo que exalta o heroísmo e as qualidades heroicas dessa mulher, cuja “abnegação” e sacrifício admira, faz a defesa dos ideais revolucionários e reivindica medidas semelhantes no Brasil, país com imenso potencial de desenvolvimento, porém secularmente explorado pelas elites parasitárias. Lamenta que o “nosso resignado Brasil”, com a sua grandeza, “imenso, rico e generoso, tendo os pés no Prata e a cabeça nas Guianas, com a gravata luxuosíssima do Amazonas”, deixe que “toda uma quadrilha, com lábias de patoás vários, o saqueie e o ponha a nu, como os judeus fizeram a Nosso Senhor Jesus Cristo” (1956a, p. 73).

As medidas que defende para o Brasil, inspiradas no ideário da Revolução, Lima Barreto irá expor mais detalhadamente em outro texto, *No ajuste de Contas...* (*Idem*, p. 88-96), também de 1918, em que propõe medidas radicais que, se levadas a cabo, provocariam, se não a revolução, pelo menos modificações profundas na estrutura social e econômica do país, bem como na organização das relações de poder. Num desabafo de indignação e revolta o escritor defende o fim do latifúndio e a socialização da riqueza em geral: “A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão-somente aquilo [de] que precisar para manter a sua vida e de sua família”, escreve, para em seguida sugerir que devem “todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum” (*Idem*, p. 90). E segue o tribuno com o mesmo tom inflamado, que dá ao registro a acidez característica dessa fase de sua escrita, num discurso que se poderia atribuir um militante comunista:

Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mal, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos Estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem visitou, enquanto, nos lugares em que estão os latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para

fincar quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata doce (*Ibidem*).

Em *Sobre o maximalismo*, de 1919, volta a defender, para o Brasil, medidas baseadas no ideário da Revolução de Outubro. Retoma a ideia geral do texto anterior, agora criticando a presunção e a ignorância dos jornalistas, representados por Azevedo Amaral, que procura desqualificar os ideais da revolução sem os conhecer adequadamente, segundo Lima Barreto. Denuncia a grande imprensa em geral, a burguesia, o capitalismo e defende os princípios maximalistas, sustentando que aqueles que tentam desqualificar os ideais da revolução ignoram seus fundamentos, são “uns burguesinhos muito tolos e superficiais”, ignorantes “cuja ciência histórica, filosófica e cuja sociologia só lhes fornecem como bombas exterminadoras dos ideais russos a grande questão de tomar banho e a de usar colarinho limpo” (BARRETO, 1956a, p. 157). Neste artigo Lima Barreto defende os ideais da revolução num tom profético e com ardor retórico de líder revolucionário:

Se a convulsão não trouxer ao mundo o reino da felicidade, pelo menos substituirá a camada podre, ruim, má, exploradora, sem ideal, sem gosto, perversa, sem inteligência, inimiga do saber, desleal, vesga que nos governa, por uma outra, até agora recalcada, que virá com outras idéias, com outra visão da vida, com outros sentimentos para com os homens, expulsando esses Shylocks que estão aí, com os seus bancos, casas de penhores e umas trapalhadas financeiras, para engazopar o povo. A vida do homem e o progresso da humanidade pedem mais do que dinheiro, caixas-fortes atestadas de moedas, casarões imbecis com lambrequins vulgares. Pedem sonho, pedem arte, pedem cultura, pedem caridade, pedem amor, pedem felicidade; e esta, a não ser que seja um burguês burro e intoxicado de ganância, ninguém pode ter, quando se vê cercado da fome, da dor, da moléstia, da miséria de quase toda uma grande população (*Idem*, p. 164).

O argumento do texto *Da minha cela*, escrito em 1918, quando Lima Barreto se encontrava internado no Hospital Central do Exército, caracteriza-se pelo tom azedo que o escritor indignado confere à maior parte dos seus escritos dessa época. Também com as tintas incendiárias do panfleto, aqui predomina o depoimento revoltado contra as mazelas nacionais, em que o autor identifica as causas da própria desgraça. Como é peculiar à índole de Lima Barreto, a crítica social é fermentada pelas mágoas íntimas, tendo como ponto de partida, muitas vezes, a situação pessoal de quem sente na pele as iniquidades de uma ordem injusta. O escrito é um manifesto em defesa do maximalismo, em que o escritor destila seu ódio à burguesia que, através dos jornais, empenha-se em desqualificar a revolução: “Esse ódio ao maximalismo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do seu dinheiro”; e que “apela para a violência pelos órgãos mais conspícuos”, denuncia Lima Barreto (Op. cit. p. 103).

O texto intitulado *O nosso ianquismo* é de 1919 e está entre aqueles em que a indignação de Lima Barreto se dirige ao imperialismo econômico representado pelos Estados Unidos. O romancista critica a moral e a ética que orientam a política norte-americana, fundada, segundo ele, exclusivamente na lógica do dinheiro, ao mesmo tempo que denuncia a violência provocada por essa ética. Critica as autoridades do Brasil que, na sua opinião, mantêm o país subserviente à potência do norte, além de quererem imitar a vida americana, sem considerar as diferenças entre os dois países. Enquanto para muitos os Estados Unidos representavam o ideal de progresso e modernidade, para Lima Barreto o país do norte era a encarnação do espírito burguês, do triunfo do dinheiro, que reinava sobre todos os princípios morais e destruía os sentimentos e valores humanitários: “em todas as suas manifestações, quer normais, quer anormais, o americano denuncia e define o espírito burguês”, ou seja, “aquele em que o amor, a adoração, a dominação pelo dinheiro, mais do que outro móvel de qualquer ordem, impera e conduz.” (*Idem*, p. 188).

## 2.

É significativa a atitude de Lima Barreto em relação aos governos republicanos, que ele manifesta desde os primeiros escritos, mas principalmente em alguns textos da última fase, às vezes de um modo que ao leitor desavisado poderia parecer que o autor de *Isaiás Caminha* defendesse a volta da Monarquia. É verdade que, mais de uma vez, Lima Barreto põe em confronto a República e o Império, sugerindo alguma vantagem ou superioridade, num ou noutro aspecto, do antigo regime, o que não quer dizer que desejasse a volta do poder monárquico, pois certamente faria o mesmo se o regime fosse outro, haja vista a sua posição, contrária a qualquer tipo de poder que oprime, e não a um regime político em particular. Ao que parece, o que sobressai nos escritos em que Lima Barreto desanca as autoridades da República é a sua revolta contra os desmandos políticos e administrativos dos governos republicanos, em que ele via o favorecimento cada vez maior de grupos privilegiados, além do conhecido autoritarismo do regime, que já nasce “militarizado”.

De certa maneira, essa posição traduzia também o sentimento de grupos que, num primeiro momento, apoiaram o novo regime, acreditando na sua eficácia e que se cumpririam os princípios formais que pautavam a “filosofia republicana”, como a participação popular nos processos decisórios, a racionalidade político-administrativa, o fim da política personalista e clientelista do mandonismo rural, mudanças que uma ordem efetivamente democrática e moderna haveria forçosamente de produzir. Como, todavia, prevaleceram as antigas práticas, agora agravadas pelo arrivismo dos novos agentes que assumiram o comando político do país, bem como pela horda de argentários que o capitalismo periférico tendia a produzir, não havia razão, na ótica de Lima Barreto, para se comemorar ou para se apoiar a República e sua política, nefastas para a maioria da população. É este sentimento que o escritor exprime de modo contundente em “A nossa situação”, artigo inflamado em que denuncia os desmandos oficiais nos diferentes setores da vida nacional: o enriquecimento ilícito; o favorecimento a empresários e empreiteiros pelas políticas oficiais; a concentração de renda absurda e a criminalidade; além da incompetência e da má vontade das autoridades para resolver os problemas do país, citando inclusive as consequências nefastas da seca para a população do Nordeste.

“Esses trinta anos de República têm mostrado”, afirma Lima Barreto, “além da incapacidade dos dirigentes para guiar a massa da população na direção de um relativo bem-estar, a sua profunda desonestidade, os baixos ideais de sua política” (BARRETO, 1956a, p. 293). Revoltado, o escritor não esconde a sua indignação com a desonestidade e a incompetência das autoridades republicanas, a quem atribui a responsabilidade pelas mazelas nacionais, sobretudo a exclusão social, provocada pela injusta distribuição das riquezas:

Tenho dito muitas vezes aqui e alhures que o princípio geral a que obedece a política republicana, é enriquecer cada vez mais os ricos e empobrecer cada vez mais os pobres. A fortuna nas mãos dos que têm dinheiro ou alcançam possuir algum, por este ou aquele processo inconfessável, graças a toda sorte de expedientes administrativos e legislativos, em breve é triplicada, quintuplicada, até decuplicada, em detrimento da economia dos pobres e dos remediados que não conhecem a governamental galinha dos ovos de ouro e são chamados de tolos pelos ativos pró-homens bafejados pelos graúdos da política e da administração (*Idem*, p. 294).

Uma estudiosa desse período da história brasileira identifica duas linhas de interpretação que surgiram nos primeiros anos após a Proclamação da República: a dos monarquistas, que defendiam o antigo regime ressaltando supostas superioridades da Monarquia, aos quais se somaram depois alguns republicanos desiludidos, insatisfeitos com os rumos que tomara a República; e a dos republicanos, que defendiam o novo regime e o identificavam às aspirações da população brasileira como um todo. Para estes, segundo Emília Viotti, “a República sempre foi uma aspiração nacional” e traria as soluções para os graves problemas da sociedade brasileira, além de pôr fim ao poder pessoal do imperador, descentralizando assim a vida política do país e propiciando a participação popular nos processos decisórios (COSTA, 1999, p. 387). Já para os monarquistas, segundo a autora, não havia razão para identificar a República aos anseios populares, pois desde a gestação até o nascimento do novo regime, o povo não tivera qualquer participação no

processo. A implantação da República teria sido antes “fruto da indisciplina das classes armadas que contavam com o apoio de fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos.” Quer dizer, passando longe dos anseios populares, a República teria resultado do descontentamento de setores privilegiados que se viram, de uma hora para outra, desamparados pelo Estado e, conseqüentemente, desprovidos dos seus privilégios seculares.

São exatamente os segmentos mais antipáticos a Lima Barreto que sustentam a República nos seus primeiros anos: as oligarquias rurais, a emergente burguesia capitalista e os militares, o que reforça a sua aversão ao regime. Na verdade, nada que lembre o novo regime o entusiasma: “Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de Maio ainda tenho vivas recordações”, afirma, para em seguida estabelecer o contraponto: “Mas a da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha”, escreve, ressaltando o caráter violento do regime, que já se manifesta no seu momento inaugural. Longe de ser um regime que viesse ao encontro das necessidades da população oprimida e necessitada, e que viesse propiciar oportunidades socioeconômicas e instituir a garantia das liberdades civis, aos olhos de Lima Barreto a República identificava-se antes com a violência, a repressão e a exclusão social, esta última estampada na pobreza da grande maioria da população. O escritor maduro vai buscar nas dobras da memória a visão do menino que viu nascer o regime sob uma atmosfera de violência e repressão: “Se alguma coisa eu posso acrescentar a essas reminiscências é de que a fisionomia da cidade era de estupor e de temor”, escreve, recuperando uma imagem da infância que se atualiza operando como argumento que reforça a visão desencantada do adulto: “Nascendo, como nasceu, com esse aspecto de terror, de violência, ela vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço” (BARRETO, 1956a, p. 52). Seguem no mesmo texto as considerações duramente desfavoráveis ao regime republicano, cujos desmandos Lima Barreto confronta com a suposta austeridade dos tempos do Império. A República, “mais do que o antigo regime, acentuou esse poder do dinheiro, sem freio moral de espécie alguma”, isto é, transformou os costumes austeros que vinham do Império, em que “os ricos, mesmo quando senhores de escravos, tinham, em geral, a concepção de que o

poder do dinheiro não era ilimitado, e o escrúpulo de consciência de que, para aumentar as suas fortunas, se devia fazer uma escolha dos meios”. Já o novo regime, segundo Lima Barreto, “fez apagar-se toda essa fraca disciplina moral, esse freio na consciência dos que possuem fortuna” (*Idem*, p. 52-3).

Semelhante confronto entre os dois regimes, em que sobressaem – ora implícita, ora explicitamente – as supostas qualidades superiores da Monarquia, aparece em diversos textos de Lima Barreto. No texto *A política republicana*, já mencionado, o autor começa por afirmar que não gosta nem trata de política, isto é, que “não há assunto que me repugne mais do que aquilo que se chama habitualmente política”, a qual ele considera “um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes”, conforme observa na prática das autoridades republicanas. Logo em seguida estabelece o confronto: “No império, apesar de tudo, ela tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas eram mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns, havia desinteresse”, declara com certa nostalgia. Já a República, na sua opinião, “trazendo à tona dos poderes públicos, a borra do Brasil, transformou completamente os nossos costumes administrativos, e todos os ‘arrivistas’ se fizeram políticos para enriquecer” (BARRETO, 1956c, p. 78). Percebe-se aqui a ponta de melancólica nostalgia que ferroava o escritor desiludido com o seu tempo e com os rumos que o país seguia, cuja entrada na ordem capitalista acentuava a corrida pelo dinheiro, a ambição por riqueza a qualquer custo, não importando os meios, agravando também a situação da população mais pobre.

O ataque à política republicana e a defesa dos ideais socialistas não constituíam mero exercício retórico em torno de conceitos abstratos para o Autor descarregar a sua revolta. A necessidade de reformas sociais profundas no Brasil era vista concretamente por Lima Barreto, que tinha a compreensão de que os males da sociedade brasileira tinham suas raízes na injusta organização social e econômica. É o que se pode constatar em *Problema Vital*, texto de 1918 em que faz comentário positivo sobre o livro *Urupês*, de Monteiro Lobato, bem como sobre artigos do escritor paulista tratando de problemas de saúde da população rural e das precárias condições sanitárias em que vivia essa parcela da população brasileira, porém discorda

de Lobato num ponto fundamental.

A precariedade das condições higiênicas é o argumento que o escritor paulista usa para demonstrar a necessidade do saneamento do interior do Brasil, que segundo a sua opinião seria a solução definitiva para tais problemas. Com uma percepção crítica e lúcida dos problemas sociais brasileiros, Lima Barreto contesta a tese de Lobato e defende, com argumentos convincentes e com raro discernimento, a tese de que uma série de doenças que assolavam o homem do campo tinha suas causas em fatores de ordem econômica e social, dos quais resultava a maior parte das questões médicas e sanitárias. Para Lima Barreto, as causas desses males e de outros que atingiam a população pobre do campo e da cidade estariam, sobretudo, na estrutura socioeconômica, assentada na concentração da propriedade rural, de que resultava uma injusta distribuição da renda, o que inviabilizava, para os mais pobres, uma qualidade de vida com o mínimo de condições de saúde e higiene: “A nossa tradicional cabana de sapê e paredes de taipa é condenada e a alimentação dos roceiros é insuficiente, além do mau vestuário e do abandono do calçado”, afirma o escritor, para quem os fatores determinantes das moléstias que assolavam a população estariam na secular organização social, assentada no latifúndio: “A casa de sapê tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda” que, observa Lima Barreto, tendo nascido “sob o influxo do regime de trabalho escravo, ela se vai eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais”. Atravessando incólume, portanto, as mudanças de regime e de governos, pois é sabido que o fim do trabalho escravo e a implantação da República deixaram intocado o latifúndio. Daí a constatação do nosso autor sobre a fazenda, que “passa de pai para filho; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide” (BARRETO, 1956a, p. 32), perpetuando, desse modo, a concentração da terra, que significava também a concentração do poder e das riquezas, causa primária de doenças e tantas outras mazelas da sociedade brasileira, como sugere Lima Barreto:

O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra

ao que efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na “Casa Grande” ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e isto é o que eu chamaria o “Problema Vital” (BARRETO, 1956a, p. 133).

A questão sanitária será discutida em outros momentos por Lima Barreto, e sob o mesmo ponto de vista, porém agora enfocando outra dimensão do problema, isto é, a visão estreita das autoridades e, conseqüentemente, a forma como tratavam a questão, quase sempre através de medidas autoritárias, que muitas vezes atentavam contra as liberdades civis. É o que se constata no texto “Os tais higienistas” (BARRETO, 1956d), de 1920, no qual o Lima Barreto critica as medidas e a política sanitária comandadas pelo médico Carlos Chagas, que recebe das autoridades republicanas poderes ilimitados para agir discricionariamente sobre a população, como já ocorrera com Oswaldo Cruz na campanha pela vacinação obrigatória, ao tomar medidas que desencadearam a Revolta da Vacina, uma das mais violentas rebeliões do período republicano (Cf. SEVCENKO, 1993).

Nesse texto o protesto tem endereço certo, como é próprio de Lima Barreto, que não vê o Estado e seus poderes numa dimensão abstrata, mas na sua manifestação concreta através das ações de indivíduos particulares. “Queria escrever uma longa carta ao Excelentíssimo Senhor doutor Carlos Chagas sobre a sua Saúde Pública e o draconiano regulamento que sua Excelência acaba de extorquir dos poderes da República” (BARRETO, 1956d, p. 142), eis o primeiro parágrafo da crônica (carta). Embora o escrito seja dirigido a uma figura particular, é claro que se trata do protesto do escritor contra um dos aspectos do poder em que ele via também a feição do autoritarismo da política republicana. Mas um pouco além da revolta do escritor encontramos a crítica lúcida à estreiteza de visão das autoridades, que não enxergavam – ou não queriam enxergar –, a dimensão socioeconômica das moléstias que afetavam a população, daí acreditarem na força de leis e regulamentos para resolver os problemas sociais.

Portanto, do auto da estreiteza da sua “presunção médica”, o doutor Carlos Chagas, na opinião de Lima Barreto, acreditava que há tuberculose

“porque não se decreta tal e qual lei e não se põe a sua execução nas mãos dele e dos seus colegas”, assim como “se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não constrói fossos cépticos nos fundos do seu ‘tjupar’ ou coisa que o valha” (*Idem*, p. 142). Ou seja, uma visão que não enxergava as condicionantes socioeconômicas das condições higiênicas e, conseqüentemente, da saúde da população: “não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene”; e que, entretanto, “a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades” (*Idem*, p. 143), argumenta Lima Barreto. Assim, o romancista contestava os pressupostos positivistas que orientavam o pensamento científico da época, segundo o qual a ciência, considerada infalível no seu papel de elucidar os fenômenos naturais e humanos, tinha a missão não só de explicar, mas também de corrigir as “imperfeições” da sociedade. Para isso, a sua pretensa infalibilidade convertia-se em autoridade, outorgada pelos poderes públicos, que lhe conferiam plenos direitos para agir, ignorando seus próprios limites<sup>3</sup>.

### 3.

Entre as tantas questões sobre as quais Lima Barreto se manifestou, com a sinceridade e a lucidez que o caracterizam, em confronto com as posições mais respeitáveis, cite-se como exemplo as políticas de “melhoramento” e reurbanização da cidade do Rio de Janeiro. A esse respeito, um breve confronto entre a visão do criador de Policarpo Quaresma e as posições de Olavo Bilac revela certo antagonismo de visões a respeito da vida nacional dos primeiros anos da República, em que se percebe, de um lado o crítico intransigente das políticas elitistas do governo republicano, e de outro, o defensor incondicional da ordem. Exemplo expressivo do pensamento das elites republicanas, entusiasmadas com a aparente “onda de progresso”,

---

<sup>3</sup> No caso do Brasil, esse autoritarismo científico se manifesta de modo eloquente sobretudo através da medicina higienista e psiquiátrica de finais do século XIX e início do século XX, que age imbuída dos ideais de “ordem e progresso” fermentados nos albores da República. “Assumindo uma autoridade derivada do seu próprio saber, a medicina higienista do final do século XIX, fazendo-se porta-voz das noções de progresso e dos ideais da razão liberal, vai conhecer um prestígio que lhe franqueia livre acesso ao espaço privado das relações familiares, bem como o inventário das peculiaridades da vida individual” (MARIA, 2005, p. 157).

encontramos numa crônica de Olavo Bilac, em que a visão do apologista do sistema ganha forma eloquente na retórica do beletista parnasiano. O entusiasmo do cronista contrasta frontalmente com a visão de Lima Barreto, que se identifica e solidariza-se com as camadas mais pobres e marginalizadas da população, de que ele mesmo fazia parte. Se para as elites a abertura de largas avenidas e a construção de palácios suntuosos era motivo de júbilo, já que as novas edificações serviriam de palco para seu exibicionismo fútil e para a falsa impostação de riqueza e cultura, para a população marginalizada e oprimida, de acordo a visão de Lima Barreto, aquele cenário suntuoso não traria quaisquer benefícios. Ao contrário, teria antes um efeito negativo sobre a autoestima dessa população, à medida que lhe daria uma visão amplificada da distância que a separava das elites, tornando mais aparente, portanto mais doloroso para os pobres, o grave quadro de desigualdades sociais.

Encarnando a euforia das elites, Bilac se esquece de que o luxo dos palacetes imponentes, amplificado pelo clarão das largas e iluminadas avenidas não tinha utilidade para a população mais pobre e atribui aos excluídos o mesmo entusiasmo que o anima na contemplação das obras: “O meu bom povo, o povo da minha linda e amada cidade está delirante”, escreve. Transbordante de orgulho, o príncipe dos poetas delira numa suposta comunhão com os deserdados: “Delirante, não: o meu bom povo está estatelado de júbilo e de espanto”, afirma, para então completar: “está presa de uma dessas comoções embatucadoras que, às vezes, secam a garganta, fazem todo o sangue refluir para o coração, e concentram toda a vida nos olhos da gente”. E, ainda embevecido, evoca às musas uma explicação para a indiferença das massas: “O silêncio não é frieza: é excesso de alvoroço moral” (BILAC, 1996, p. 260), justifica, com um malabarismo retórico entre o patético e o cinismo, próprio das elites oficiais, sempre aptas a tirar da cartola explicações mágicas para as incômodas questões que a bruta realidade impunha.

Já em Lima Barreto as reformas por que passava a cidade do Rio de Janeiro despertavam outros sentimentos, nem sempre justificáveis, mas que na maioria das vezes podem ser explicados pela sua concepção de sociedade, pela sua visão de intransigente defensor dos princípios da justiça, da igualdade social e da solidariedade entres as classes e etnias. Inimigo

dos mecanismos político-administrativos, tão frequentes na vida brasileira, que geram privilégios para grupos minoritários em detrimento da maioria da população, sempre combateu processos e medidas governamentais que a seu ver teriam como efeito o benefício de grupos privilegiados. As reformas urbanas são apenas um aspecto do que Lima Barreto chamou “nossa megalomania”, que no seu entender constituía os objetivos das elites dirigentes (da política, da cultura, das letras etc.) de criar no país uma aparência de progresso e riqueza, cultura e civilização para o seu próprio deleite e para impressionar os estrangeiros que nos visitavam, mais do que propriamente desenvolver e modernizar o país em benefício de toda a população.<sup>4</sup>

A compreensão de que as medidas tomadas no sentido de promover o desenvolvimento do país não tinham em mira o conjunto da população, mas apenas uma pequena parcela que sempre fora beneficiada com as riquezas nacionais, recorta toda a escrita de Lima Barreto, que dá voz a esses deserdados, cujos sentimentos se confundem com os do próprio escritor. A sua reação em face da mudança da Biblioteca Nacional para um “prédio americano” é emblemática: “A minha alma [é] de bandido tímido, quando vejo desses monumentos, olho-os talvez, como um burro; mas, por cima de tudo, como uma pessoa que se estarrece diante de suntuosidades desnecessárias”, escreve numa crônica de 1915. O sentimento é de que as ações do Estado, nas suas “curiosas concepções”, como a de “abrigar uma casa de instrução destinada aos pobres-diabos em um palácio intimidador”, destinam-se a oprimir e humilhar cada vez mais “os mal vestidos, os maltrapilhos”, que segundo Lima Barreto temem avançar “por escadas suntuosas, para consultar uma obra rara”. Daí a sua conclusão melancólica

---

<sup>4</sup> A política de saneamento e embelezamento da capital federal, traduzida na expressão “o Rio civiliza-se”, embalava o otimismo das elites republicanas e traduzia, de certo modo, a sua idéia de como promover o progresso e o desenvolvimento do Brasil, isto é, fazer mudanças superficiais, reformar a fachada, dando-lhe uma aparência moderna, sem demolir a estrutura arcaica. É o que sugere o depoimento de um estudioso entusiasta dessa política: “A remodelação e o saneamento do Rio de Janeiro, as primeiras grandes vitórias da presidência Rodrigues Alves, assinalavam uma etapa histórica na vida nacional. Não era apenas a capital do país que se modernizava e se embelezava, perdendo a sua antiga fisionomia de burgo provinciano, anti-higiênico e inestético. Com o exemplo do Rio de Janeiro, redimido da febre amarela, com o seu porto moderno, onde começavam a atracar os grandes transatlânticos, e as suas largas avenidas asfaltadas e arborizadas, o Brasil parecia nascer para uma vida nova, mais ativa, mais alegre, mais confiante e mais orgulhosa de si mesma” (BELLO, 1969, p. 182).

e nostálgica de que “A velha biblioteca era melhor, mais acessível, mais acolhedora”, porque “não tinha a empáfia da atual” (BARRETO, 1956c, p. 37). Tal atitude, talvez incompreensível do ponto de vista das elites, exprime o sentimento dos deserdados, para quem a fachada imponente e luxuosa dos palacetes traduz o escárnio das elites abastadas à sua condição miserável.

O contraste com a visão de Bilac se aprofunda se pensarmos além do plano meramente estético da paisagem urbana. Neste, vemos o entusiasmo do poeta parnasiano com a renovação e o embelezamento da fachada das áreas centrais da cidade, que se transformam em vitrine e espelho para a burguesia embaçada. Já em Lima Barreto encontramos o escritor militante na defesa da paisagem natural da velha cidade. O seu protesto expressa a desilusão com a “aparência americanizada”, que segundo ele a burguesia presunçosa dava ao Rio de Janeiro ao derrubar velhos casarões, destruir morros ou aterrar enseadas para construir arranha-céus, mudando radicalmente a feição da velha cidade, sentimento que anima a vida ambulante de Gonzaga de Sá. É significativo o contraste entre duas visões acerca do processo de modernização do país. Para Bilac, que nesse caso traduz o pensamento das elites oficiais, a modernização do país parecia um problema estético, que se resolveria mudando a fachada e a aparência da sua capital, o que produziria, segundo ele, uma “revolução” na esfera da cultura, educando as massas para o “bom gosto”, sem que para isso fossem necessárias quaisquer melhorias nas suas condições de vida. O poeta acreditava literalmente numa revolução de fachada: “E, pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade”, escreve, para então concluir que

A melhor educação é a que entra pelos olhos. Bastou que, deste solo coberto de baiúcas e taperas, surgissem alguns palácios, para que imediatamente nas almas mais incultas brotasse de súbito a fina flor do bom gosto: olhos que só haviam contemplado até então betesgas, compreenderam logo o que é arquitetura. Que não será quando da velha cidade colonial, estupidamente conservada até agora como um pesadelo do passado, apenas restar a lembrança? (BILAC, 1996, p. 265-6).

Na contramão dessa retórica triunfalista, Lima Barreto via com desconfiança e tristeza a destruição da velha paisagem natural da cidade, que aos poucos ia dando lugar a largas avenidas e a prédios luxuosos para abrigar os ricos, afastando a população pobre para as áreas mais distantes.

Na crônica “A derrubada”, de 1914, o escritor denuncia a fúria destruidora do construtor, que ignorava os efeitos nocivos dos seus empreendimentos para os pobres que viviam ou frequentavam aquelas áreas. Vê com tristeza a derrubada das árvores da cidade para o pretense embelezamento de ruas e avenidas, com prejuízo, segundo ele, para o povo humilde, inclusive para seus animais, que o ajudam a carregar o peso da vida. Remando contra os que navegavam na crista da onda modernizante, Lima Barreto observa que “uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada das árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a avidez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável”. É com um olhar nostálgico que vê a transformação dos velhos subúrbios, e lamenta com tristeza que “as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras, piedosos tamarineiros, vão sendo ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas” (BARRETO, 1956c, p. 87). Com tristeza resignada, completa o protesto silencioso e impotente: “Passando hoje pelo Engenho Novo, vi que tinham derrubado um velho tamarineiro que ensombrava uma rua sem trânsito nem calçamento”. Sensível e apaixonado pela velha cidade e pelo pitoresco da paisagem natural, solidariza-se com a “venerável árvore”, que “não impedia coisa alguma e dava sombra aos pobres animais que, sob o sol inclemente, arrastavam pelo calçamento pesadas ‘andorinhas’, caminhões, que demandavam o subúrbio longínquo”. Era, segundo ele, “uma espécie de oásis, para as pobres alimárias, que resignadamente ajudam a nossa vida.” (*Idem*, p. 88).

Também na crônica “O Cedro de Teresópolis”, escrito em que Lima Barreto comenta a polêmica em torno de um cedro em Teresópolis, que um turco queria derrubar para, da sua madeira, fabricar caixões que guardariam quinquilharias, o protesto vem refreado pela visão lírica do narrador. Além de exprimir o protesto do escritor contra a tendência “demolidora” da ganância dos capitalistas, a melancolia do narrador vem tingida pelo lirismo típico de Lima Barreto, aquele que resulta da sua afeição pela natureza, bem

como pela paisagem da cidade do Rio de Janeiro, cuja descaracterização ele deplora, sobretudo porque em função de interesses econômicos da burguesia, que segundo ele não tem olhos senão para o dinheiro, sendo patente o “seu mau gosto” e o “desinteresse pela natureza”. Segundo o prisma desencantado de Lima Barreto, a destruição é a marca mais evidente do “progresso”, feito através de processos violentos, o que ele percebe nos “nossos arrabaldes e subúrbios”, que aos seus olhos se apresentam como “uma desolação”. E, como testemunho eloquente de uma história de destruições, as ruínas: “Os subúrbios e arredores da cidade do Rio guardam dessas belas coisas roceiras, destroços como recordações” (BARRETO, 1956c, p. 277).

Atitude semelhante orienta o argumento da crônica *Sobre o desastre*, em que o Lima Barreto comenta o episódio desastroso em que morreram em torno de quarenta operários em consequência do desabamento de um prédio em construção, e protesta contra aquilo que a seu ver seriam as causas do desastre. O protesto é alimentado por dois motivos principais e intimamente relacionados: o “progresso capitalista”, nesse caso visto pelo escritor através da avidez dos especuladores, que entre nós recebiam os influxos do espírito norte-americano; e a destruição das paisagens naturais, que Lima Barreto compreendia como consequência direta da “ganância” da burguesia. Vale ressaltar que, enquanto autoridades e especialistas procuravam explicar as causas naturais ou técnicas do acidente, Lima Barreto voltava sua atenção justamente para os aspectos que segundo ele “ninguém se lembrou de ver no desastre”, isto é, “a sua significação moral, ou antes, social”. E denuncia a influência norte-americana já não apenas sobre as relações econômicas, mas sobre cultura e a sensibilidade brasileiras, que ele acreditava estar perdendo os traços originais, soterrados pela avalanche da “brutalidade” da potência do norte:

Nesse atropelo em que vivemos, neste fantástico turbilhão de preocupações subalternas, poucos têm visto de que modo nós nos vamos afastando da medida, do relativo, do equilíbrio, para nos atirmos ao brutal.

Nosso gosto, que sempre teve um estalão equivalente à nossa própria pessoa, está querendo passar, sem um módulo

conveniente, para o do gigante Golias ou outro qualquer de sua raça.

A brutalidade dos Estados Unidos, a sua grosseria mercantil, a sua desonestidade administrativa e o seu amor ao apressado estão nos fascinando e tirando de nós aquele pouco que nos era próprio e nos fazia bons (BARRETO, 1956e, p. 121).

Algo semelhante é a visão que orienta as motivações de *A revolta do mar*, texto de 1921, em que Lima Barreto tece considerações acerca de uma “formidável ressaca que devastou e destruiu grande parte da Avenida Beira-Mar”, a qual ele interpreta como uma “resposta” do mar às agressões feitas pelo homem. Em sua opinião, “os grosseiros homens do nosso tempo, homens educados nos gabinetes escusos da city londrina, ou nos gabinetes dos banqueiros de Wall Street, onde se fomenta a miséria dos povos”, ignoram do mar “a grandeza, o mistério e a divindade, a sua palpitação íntima”. E, na ânsia de acumular fortunas a qualquer custo e através de quaisquer meios, não hesitam em praticar os mais grosseiros atos. Revoltado, Lima Barreto denuncia neste caso a ação dos poderes públicos, mancomunados com especuladores na febre “modernizante” da capital federal. De acordo com a sua compreensão, as obras de “melhoramento” urbano, empreendidas a partir da administração de Pereira Passos, tiveram como consequência imediata a exclusão dos pobres das áreas centrais do Rio de Janeiro, bem como a devastação da paisagem natural daquela cidade. Com uma intuição que antecipa o discurso de ecologistas militantes de quase cem anos depois, Lima Barreto interpretava a “revolta do mar” como um recado da natureza ao ímpeto destrutivo dos homens, demonstrando assim uma percepção aguda acerca das contradições do modelo de sociedade que via ser construída pelos homens “embotados pela sede de riquezas”, na qual Lima Barreto enxergava as causas das injustiças e da exclusão social.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

\_\_\_\_\_. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

\_\_\_\_\_. *Coisas do reino de Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956d.

\_\_\_\_\_. *Marginalia*. São Paulo: Brasiliense, 1956c.

\_\_\_\_\_. *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956e.

BELLO, J.Maria. *História da república: 1889-1954 – síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6 ed. São Paulo: Nacional, 1969.

BILAC, Olavo. *Vossa insolência: crônicas*. (Org. Antonio Dimas). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, E. Viotti. *Da monarquia à república*. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

FREIRE, Manoel. *Revolta e melancolia: uma leitura da obra de Lima Barreto*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2009.

HOLANDA, S. Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARIA, Luzia. *Sortilégios do avesso: razão e loucura na literatura brasileira*. São Paulo: Escrituras, 2005.

PRADO, A. Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.